

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA
 - 1.1 – Comissão
- 2 – **ORDEM DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – **REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 5 – **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – **ERRATA**

ATA

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/3/2021

Às 11h23min, comparecem à reunião os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bernardo Mucida, Professor Irineu e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Rosângela Reis e os deputados Virgílio Guimarães, Marquinho Lemos, Inácio Franco, Elismar Prado, Ulysses Gomes, Cleitinho Azevedo, Professor Cleiton e Zé Reis. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da comissão nessa sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o presidente e o vice-presidente da comissão. Registra-se a candidatura do deputado Thiago Cota para presidente. Submetido à votação nominal, é eleito, por unanimidade o deputado Thiago Cota como presidente da comissão. O presidente eleito, deputado Thiago Cota, passa a condução dos trabalhos ao deputado Bernardo Mucida, que declara empossado como presidente o deputado Thiago Cota. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2021.

Thiago Cota, presidente – Bernardo Mucida – Dalmo Ribeiro Silva.

ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/5/2021

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 2.339/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao procurador-geral de justiça de Minas Gerais, ao defensor público-geral de Minas Gerais e ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre o quantitativo de óbitos no sistema prisional do Estado, indicando-se, no âmbito das competências e atribuições de cada órgão, o número de detentos mortos durante cumprimento de pena no Estado, nos últimos 5 anos, bem como o estabelecimento prisional no qual ocorreram os fatos, esclarecendo-se, ainda, o resultado dos inquéritos instaurados ou dos processos judiciais decorrentes. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 4.051/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os impactos das atividades de manutenção realizadas ou demandadas pela Barragem de Setúbal no índice de turbidez das águas dos Rios Setúbal e Araçuaí, considerando-se a conservação ou o tipo de vegetação no seu entorno e a existência de planejamento para solução dos problemas de turbidez acima referidos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.053/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a atuação do Estado no que se refere a um barramento existente no Rio Capivari, tributário do Rio Araçuaí, entre os Municípios de Minas Novas e Capelinha, destinado à reservação de águas para atendimento das necessidades hídricas de plantações de café e de eucalipto no seu entorno, incluídas a verificação da situação de outorga e as ações de monitoramento que estão sendo realizadas para que seja garantido o acesso à água das comunidades e dos estabelecimentos rurais a jusante da barragem. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 4.055/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre todos os poços tubulares profundos produtivos existentes na região intermediária de Teófilo Otôni, com especificação de sua localização georreferenciada, da situação de produção de água (ativo ou inativo), da situação de outorga – volume outorgado e outras informações relevantes –, e quantos e quais estão conectados a reservatórios suspensos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 5.887/2020, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações sobre os critérios de distribuição de equipamentos às delegacias de Polícia Civil para a aplicação de provas de legislação no âmbito do processo de formação de condutores de veículos, levando-se em conta que, segundo ofício do presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Monte Carmelo, a delegacia local não recebeu os computadores necessários à aplicação das provas de legislação em formato *on-line* e, por essa razão, elas passariam a ser realizadas no Município de Patrocínio, impondo aos candidatos um deslocamento de 170 quilômetros, considerando-se o percurso de ida e volta. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.547/2021, do deputado Bartô, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre as providências que pretende tomar em relação às negociações, para a compra de vacinas, com o laboratório AstraZeneca, tendo em vista as notícias de suspensão, por 22 países europeus, de sua utilização diante de relatos de formação de coágulos sanguíneos e morte súbita em pessoas que receberam o imunizante. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 7.637/2021, do deputado Betão e da deputada Leninha, em que requerem seja encaminhado à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais e ao reitor da Universidade Estadual de Montes Claros pedido de informações sobre o número total de professores efetivos que atualmente se enquadram no regime de trabalho de tempo parcial, com 20 horas semanais, esclarecendo-se em quais unidades estão lotados e as respectivas cidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.679/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações acerca da situação do setor de turismo e dos circuitos e destinos turísticos do Estado, as ações tomadas para compensar ou mitigar os efeitos da pandemia sobre os circuitos turísticos e os empreendedores de pequeno e médio porte e os profissionais e trabalhadores do setor, como também sobre os programas desenvolvidos e os recursos recebidos e aqueles já investidos e a serem investidos, direta ou indiretamente, nesse setor. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.699/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o projeto do governo do Estado que prevê a criação de unidades regionais de saneamento básico em Minas Gerais e que está sob a coordenação dessa pasta, especificamente sobre o passo a passo e os estudos já realizados para viabilizar a criação e a estruturação dessas unidades. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/5/2021, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.063/2020, do deputado Carlos Henrique; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 7.751, 7.755 e 7.763/2021, do deputado Sargento Rodrigues; de receber, discutir e votar proposições da comissão; e de, em audiência pública, debater o valor total da dívida do Governo do Estado com os servidores públicos e militares estaduais em relação, especificamente, ao pagamento de ajuda de custo, diárias e férias-prêmio, discriminando-se as categorias desses servidores e as respectivas pastas nas quais estão lotados.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/5/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o novo sistema educacional que está sendo proposto pelo governo de Minas por meio do modelo *charter*.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leandro Genaro, Gil Pereira, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/5/2021, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2021.

Noraldino Júnior, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e os deputados Gustavo Valadares, Leonídio Bouças e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/5/2021, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2021.

Andréia de Jesus, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar**

Nos termos regimentais, convoco os deputados André Quintão, Cássio Soares, Gustavo Valadares, Roberto Andrade, Sávio Souza Cruz e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/5/2021, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2021.

Hely Tarquínio, presidente *ad hoc*.

**REQUERIMENTOS APROVADOS****REQUERIMENTOS APROVADOS**

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 338/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Bartô aprovado na 2ª Reunião Ordinária, realizada em 13/3/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a situação de todos os termos de compromisso em aberto firmados entre essa secretaria e as escolas estaduais.

Sala das Reuniões, 13 de março de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

REQUERIMENTO Nº 1.317/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento dos deputados Doutor Jean Freire e Professor Cleiton aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 21/5/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a implementação e a execução dos programas e serviços de prevenção às violações dos direitos das crianças e adolescentes em Minas Gerais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular, de 14/5/2019, que teve por finalidade debater o abuso e a violência sexual contra crianças e adolescentes em alusão ao dia nacional de combate a essa violência, rememorado em 18 de maio, por solicitação do Fórum Interinstitucional de enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Minas Gerais – Fevca-MG.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente.

REQUERIMENTO Nº 1.346/2019*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada Beatriz Cerqueira requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre os seguintes aspectos do Programa Mãos à Obra na Escola:

1) cronograma de realização das obras nas 132 escolas que constam da lista de atendimento divulgada em 30/5/2019 pelo governo do Estado;

2) critérios adotados para a definição de quais escolas integrariam a primeira etapa de liberação de recursos para obras de reforma e ampliação;

3) razões para a não inclusão das escolas estaduais situadas nos Municípios de Santa Luzia, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Itaúna, Sarzedo, Varginha, São Joaquim de Bicas, Mateus Leme, São José da Lapa, Itabirito e São João del-Rei nessa etapa do programa e qual a previsão para o atendimento das escolas estaduais localizadas nesses municípios.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 11/5/2021.

REQUERIMENTO Nº 1.369/2019*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento do deputado Bruno Engler aprovado na 14ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/5/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de

Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o cronograma de envio de projeto de lei complementar que instituirá a Lei Orgânica do Sistema Socioeducativo e do Sistema Prisional, bem como a proposta de nova escala de trabalho – de 24 horas por 72 horas – para os agentes socioeducativos e para os agentes prisionais.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública, de 28/5/2019, que teve por finalidade debater os problemas enfrentados pelos servidores e agentes do sistema socioeducativo do Estado.

Sala das Reuniões, 28 de maio de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

* – Publicado na forma aprovada em 11/5/2021, com a Emenda nº 1.

REQUERIMENTO Nº 2.034/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

As Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Direitos Humanos, atendendo a requerimento das deputadas Marília Campos, Leninha, Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, aprovado na 2ª Reunião Conjunta, realizada em 2/7/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o quantitativo de travestis, mulheres transexuais e homens transexuais que estão matriculados nas unidades escolares da rede estadual de Ensino, em atendimento à Resolução SEE nº 3.423, de 26 de maio de 2017.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 2ª Reunião Conjunta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e da Comissão de Direitos Humanos, de 2/7/2019, que teve por finalidade debater a criminalização da LGBTfobia.

Sala das Reuniões, 2 de julho de 2019.

Marília Campos, presidenta da Reunião Conjunta.

REQUERIMENTO Nº 2.387/2019*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo o requerimento do deputado Alencar da Silveira Jr., aprovado na 19ª Reunião Ordinária, realizada em 6/8/2019, solicita a V.Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os nomes dos 10 maiores devedores do Estado, com débitos inscritos em dívida ativa.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 11/5/2021.

REQUERIMENTO Nº 3.709/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Professor Irineu, aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 30/10/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a previsão de retomada das obras dos hospitais regionais dos Municípios de Além Paraíba, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Juiz de Fora, Sete Lagoas e Teófilo Otôni.

Sala das Reuniões, 30 de outubro de 2019.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.199/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atendendo a requerimento do deputado Noraldino Júnior, aprovado na 26ª Reunião Ordinária, realizada em 28/11/2019, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado a delegacia regional da Polícia Civil de Minas Gerais, em Alfenas, pedido de informações consubstanciadas em cópia integral do inquérito policial que está apurando, desde julho de 2017, a morte de um jacaré do zoológico de Alfenas, que foi decapitado provavelmente com machadadas.

Sala das Reuniões, 28 de novembro de 2019.

Noraldino Júnior, presidente.

REQUERIMENTO Nº 5.382/2020*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

O deputado que este subscreve requer a V. Exa. seja encaminhado pedido de informações ao Chefe da Polícia Civil solicitando cópia do relatório de conclusão das investigações do Inquérito Policial nº 2020-231-002407-001-00935498-4870, instaurado para apurar as mortes de quase 70 cães que estavam abrigados no Lar Temporário Entre Latidos e Miados, em Ribeirão das Neves, ocorridas em 14/03/2020 e as cópias dos laudos periciais realizados durante as investigações.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 11/5/2021.

REQUERIMENTO Nº 6.569/2020*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações complementares ao Ofício PCMG/GAB-SEC nº 2.312/2020 e ao Memorando DETRAN/DRV nº 487/2020, enviados em resposta ao Requerimento nº 6.112/2020, especificamente quanto aos operadores do Sistema de Racionalização e Prévio Registro de Veículos, uma vez que se noticia que o sistema não seria utilizado exclusivamente por locadoras, concessionárias e grandes frotistas, mas também por um grupo específico de despachantes.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 11/5/2021.

REQUERIMENTO Nº 6.964/2020*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Celinho Sintrocel aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 26/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre a operação do transporte coletivo metropolitano no Terminal Morro Alto, no Município de Vespasiano, mais especificamente sobre a situação do pavimento desse terminal, com dados sobre possíveis obras de manutenção ou reconstrução, se for o caso; sobre o percentual de viagens canceladas durante o ano de 2020 devido a problemas mecânicos nos veículos; e sobre as ações de fiscalização do DER-MG realizadas durante o ano de 2020 visando garantir a adequada prestação dos serviços, tanto quanto à condição dos ônibus, quanto ao cumprimento das viagens especificadas.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 11/5/2021.

REQUERIMENTO Nº 7.393/2021*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada Ana Paula Siqueira requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o modelo pedagógico e a matriz curricular do Ensino Médio em Tempo Integral adotados pela Escola Estadual Henriqueta Lisboa.

* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 11/5/2021.

REQUERIMENTO Nº 7.416/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre quais são as unidades do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais que serão contempladas com as melhorias citadas no Anexo IV – Programa de Fortalecimento do Serviço Público do Acordo Judicial para reparação integral relativa ao rompimento das barragens B-1, BIV e B-IVA/Córrego do Feijão.

Sala das Reuniões, 24 de fevereiro de 2021.

Tito Torres (PSDB)

REQUERIMENTO Nº 7.576/2021*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado Arlen Santiago requer a Vossa Excelência, nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações sobre os procedimentos fiscalizatórios e regulatórios realizados por essa secretaria e pelo DER-MG, seu órgão vinculado, que comprovariam o cumprimento das obrigações contratuais pela concessionária Eco135 e validariam o reajuste do preço do pedágio previsto para 2021 para os trechos rodoviários sob sua responsabilidade.

*Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 11/5/2021.

REQUERIMENTO Nº 7.779/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o prazo de validade do certame regido pelo edital CFS/CSTSP – PMMG 2020/2020 seja prorrogado, de modo a permitir o aproveitamento dos candidatos já aprovados, porém, excedentes.

Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 27 de abril de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: Ressalte-se que a Lei Estadual nº 23.683, de 7 de agosto de 2020, possibilitou a suspensão do prazo de validade dos concursos até o fim do estado de calamidade pública, o qual foi prorrogado pelo Decreto Estadual nº 48.102, de 30 de dezembro de 2020, até 30 de junho de 2021. Ademais, o art. 24 da Lei Estadual nº 23.750/2020 autorizou o Poder Executivo a prorrogar, pelo período de 24 meses, o prazo de validade de concursos públicos para ingresso nos quadros da Polícia Militar de Minas Gerais para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

REQUERIMENTO Nº 7.781/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que as ocorrências originárias do destacamento da Polícia Militar do Município de Ponto Chique sejam encerradas, durante e após o expediente, na delegacia de polícia sediada em Pirapora, a 100km de distância, de estrada asfaltada, uma vez que, atualmente, durante o expediente, os policiais militares lotados em Ponto Chique encerram as ocorrências em Brasília de Minas, também a 100 km de distância, dos quais 40km de estrada de terra, e, após o expediente, precisam se deslocar até Januária, que se encontra a 211km de distância.

Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 27 de abril de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 7.782/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que os cabos que ingressaram na Corporação em 2005 também sejam convocados para o Curso Especial de Formação de Sargentos de 2021 – CEFS/2021 –, tendo em vista que, nos termos do Memorando Circular nº 10.018.3/2021 – EPM –, o curso se iniciará na modalidade Ensino a Distância – EaD –, o que permite alcançar um número maior de policiais militares, observadas as premissas constantes no próprio documento, quais sejam: restrições orçamentárias e a necessidade da adoção de medidas profiláticas e protocolos sanitários voltados para a prevenção da Covid-19.

Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 27 de abril de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 7.783/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, em primeiro lugar, seja reavaliada solicitação anterior e sejam convocados os candidatos excedentes no concurso público destinado a seleção para o Curso de Formação de Oficiais da PMMG/2020, e, caso não seja possível neste momento, se determine a prorrogação do certame para a formação de nova turma oportunamente, nos termos da Lei nº 23.750, de 2020, em seu art. 24.

Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 27 de abril de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 7.785/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado pedido de providências para que os valores pagos a título de pena de prestação pecuniária sejam destinados preferencialmente aos conselhos comunitários de Segurança Pública – Conseps –, entidades sem fins lucrativos que se preocupam com o bem-estar alheio e com a segurança pública como um todo.

Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 27 de abril de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: Salienta-se que a Resolução nº 154/2012, do Conselho Nacional de Justiça, determina que respectivos valores, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, devem ser aplicados em atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, ou seja, devem atender a áreas vitais de relevante cunho social. Nesse sentido, os Conseps, já instalados em diversas regiões do Estado, são um espaço de exercício da cidadania consciente, onde todos participam e contribuem para uma vida comunitária sem atropelo e insegurança.

REQUERIMENTO Nº 7.787/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Andréia de Jesus aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado pedido de providências para averiguar, nos termos de suas atribuições institucionais, a legalidade dos contratos e das atividades de cogestão implementadas pela Oscip Instituto Elo no âmbito do sistema socioeducativo do Estado, considerando-se várias denúncias de irregularidades apresentadas durante audiência pública da comissão, relacionadas, por exemplo, à utilização, por monitores e representantes da entidade conveniada, de veículos oficiais do Estado; ao fornecimento, pelo Estado, de alimentação às unidades socioeducativas de responsabilidade da entidade, a despeito da anterior disponibilização de recursos públicos para tal finalidade; e ao emprego de servidores, incluindo agentes de segurança socioeducativos de carreira, para treinamento ou capacitação de funcionários da entidade conveniada, com a interposição, se for o caso, das medidas administrativas e judiciais inerentes à suspensão do referido contrato de gestão. Requer, ainda, seja encaminhado ao órgão o link com o inteiro teor da referida reunião, para conhecimento.

Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a remoção *ex officio* de agentes de segurança socioeducativos, motivada pela instituição de sistema de cogestão, bem como a seleção e qualificação das organizações sociais envolvidas, a modalidade das remoções, as normas de processamento exigidas e os critérios utilizados para a definição dos locais de remoção.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 7.789/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja concedida promoção por ato de bravura ao Cb. PM Henrique Santos Araújo e à Sd. PM Raissa Ismelina Soares de Oliveira, pela exitosa e corajosa operação, em 3/3/2021, em que salvaram a vida da idosa Sra. Edny Prestes Aguiar, em meio ao incêndio que acometeu sua residência, em São Francisco.

Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 7.790/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que seja dada publicidade aos atos que suspenderam ou prorrogaram os concursos públicos para o Curso de Formação de Soldados de respectivas instituições, garantindo-se o acesso à informação aos candidatos excedentes nos mencionados certames.

Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e a realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 7.791/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado e da deputada Andréia de Jesus aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para atuar, com a urgência que o caso requer, por meio da delegacia de polícia responsável pela circunscrição, na apuração, inclusive com a pertinente realização dos laudos de corpo de delito, de fatos ocorridos no âmbito do Centro Socioeducativo Santa Clara, nesta capital, em 27/4/2021, que envolvem o espancamento de adolescentes dentro da referida unidade por monitores do Instituto Elo, segundo denúncia recebida pela comissão.

Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a remoção *ex officio* de agentes de segurança socioeducativos, motivada pela instituição de sistema de cogestão, bem como a seleção e qualificação das organizações sociais envolvidas, a modalidade das remoções, as normas de processamento exigidas e os critérios utilizados para a definição dos locais de remoção.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 7.792/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro pedido de informações sobre os Registros de Ocorrência nºs 016-11412/2019 e 016-11494/2019, em nome de Flávia Caroline de Andrade Eller, em complementação ao Ofício nº 32, encaminhado a esta Casa em resposta ao Requerimento em Comissão nº 6.179/2019, que tem por objeto a solicitação de providências para apuração das circunstâncias que envolveram a agressão sofrida pela *youtuber* Karol Eller, apoiadora do presidente Jair Bolsonaro, em 15/12/2019, na praia da Barra da Tijuca.

Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária teve por finalidade discutir e votar proposições da comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 7.794/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Agropecuária e Agroindústria, atendendo a requerimento dos deputados Antonio Carlos Arantes, Gustavo Santana e Betinho Pinto Coelho aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e ao Banco do Brasil pedido de providências para viabilizar a renegociação das dívidas dos cafeicultores em razão da seca histórica que prejudicou a produção de café nas regiões Sul e Sudeste de Minas Gerais, tendo em vista a ampliação dos recursos do Funcafé, autorizada pelo Conselho Monetário Nacional.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Delegado Heli Grilo, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (PSL).

REQUERIMENTO Nº 7.805/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Ione Pinheiro aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para aquisição de 780 conjuntos de carteiras escolares para a Escola Estadual Professor Samuel João de Deus, localizada no Município de Paula Cândido.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: A Escola Estadual Professor João de Deus encontra-se com o mobiliário (principalmente as carteiras) bastante danificado, sendo que não é trocado desde 2013. O número de 780 carteiras (para alunos destros e canhotos) está de acordo com os dados do Censo Escolar, conforme informações do diretor Gabriel Egídio do Carmo.

REQUERIMENTO Nº 7.806/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não ocorra nenhum processo de municipalização na Escola Estadual São Domingos, localizada no Distrito de São Pedro do Passa Três, no Município de Buritis, tendo em vista o posicionamento contrário do colegiado escolar e dos profissionais da escola, além da ausência de consulta prévia à comunidade escolar da região.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.807/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que o governo de Minas avance no processo de vacinação da população em todas as regiões do Estado antes de oficializar a retomada das aulas presenciais e que adote medidas para viabilizar as condições de segurança sanitária para um retorno seguro das atividades presenciais, como: controle da pandemia, com a massificação da vacinação; plano de testagem no local de trabalho para identificar e isolar possíveis casos, impedindo maior propagação do vírus; adaptações estruturais adequadas que permitam ventilação e distanciamento nas escolas; e destinação de recursos para cumprimento de protocolos rígidos por parte das escolas.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.808/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Professor Cleiton aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam priorizados os processos de remoção de servidores na área da educação no Estado, medida de extrema importância para a diminuição da propagação dos casos de Covid-19, já que possibilita a esses profissionais trabalhar mais próximos das suas residências evitando a utilização de transporte público e diminuindo os riscos de infecção.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.809/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências com vistas a que seja apresentado estudo técnico,

validado e referendado pela comunidade acadêmica, justificando o lançamento do edital do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – 2023, publicado no “Diário Oficial da União”, em 12 de fevereiro, o qual altera as regras para produção das obras didáticas de português e matemática, destinadas aos alunos da rede pública brasileira, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental; sejam apresentadas, especificamente, a justificativa e a necessidade das alterações realizadas, bem como da retirada do trecho “compromisso educacional com a agenda da não violência contra a mulher” e de expressões como “democráticos” e “respeito à diversidade”, presentes no edital anterior, lançado em 2019; sejam apresentados os motivos da exclusão de termos envolvendo conceitos como a “abordagem negativa da mulher” e “do racismo”, em anos básicos; e seja informado se houve uma consulta pública para elaboração desse edital e ampla discussão com a sociedade sobre essa proposta de modificação.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: O edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2023, publicado no Diário Oficial da União no dia 12 de fevereiro altera as regras para produção das obras didáticas de português e matemática, destinadas aos alunos da rede pública brasileira do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Neste edital, são realizadas alterações, quando comparado ao edital de 2019, no qual suprime trechos como “especial atenção para o compromisso educacional com a agenda da não-violência contra a mulher”; a retirada das expressões “democráticos” e “respeito à diversidade”, presentes no edital anterior, sendo substituídos por uma formulação genérica onde estabelece que as obras deverão observar “os princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano”; entre outros aspectos. A prioridade atribuída às áreas de português e matemática traz prejuízo para outras disciplinas como História, Geografia e Ciências, deixando de promover uma formação integral, desde os primeiros anos de escolarização, com olhar voltado para importantes temas e conceitos presentes na sociedade. Em um contexto onde o atual governo aplicou cortes na ordem de R\$ 1 bilhão no orçamento do Ministério da Educação em 2020, não se faz necessário investir em alterações, que a meu ver, como vice-presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, são de cunho ideológico e não pedagógico. A atual gestão da pasta deve, antes de lançar um edital, formalizar e colher sugestões junto à comunidade acadêmica e aos pais e responsáveis, uma vez que, sendo uma educação pública, deve ser feita de forma democrática e a participação de todos os atores sociais envolvidos neste processo.

REQUERIMENTO Nº 7.810/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para suspensão do edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2023 – PNLD 2023 –, nos termos de sua publicação no “Diário Oficial da União”, em 12 de fevereiro, visto que as alterações propostas ferem diretamente as políticas de valorização da diversidade sociocultural e regional brasileira, além de não garantirem uma formação coerente com os princípios norteadores e as diretrizes do próprio PNLD, que estabelecem a valorização de condutas éticas e democráticas.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.811/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que os candidatos classificados para as vagas do concurso público do Edital 2018 sejam, o mais breve possível, convocados e nomeados, tendo em vista a defasagem do quadro de pessoal da companhia, o que vem interferindo na prestação e qualidade de seus serviços.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 7.813/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de providências para que seja apreciada a solicitação da Sra. Ana Paula de Fátima Coelho quanto à possibilidade de exercer suas funções na unidade da Uemg da cidade de Passos, uma vez que cumpriu o período de estágio probatório.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: A servidora, enquanto professora designada, exercia as mesmas funções de seu cargo na Uemg – Unidade Passos, onde também ocupava a coordenação do Núcleo de Pesquisa e Extensão do Curso de Direito e desenvolvia 5 projetos de pesquisa, além de 2 projetos de extensão, todos aprovados junto aos órgãos de fomento do Estado. Agora, somado ao desejo de continuar contribuindo com o desenvolvimento acadêmico da Instituição em citada unidade, a servidora, que possui casa própria em Passos, precisa cuidar dos pais idosos, sendo que seu pai foi diagnosticado com Alzheimer (conforme relatório médico da 1º Tenente PM QOS Carolina Ribeiro Marquete, CRM MG 41544), o que demanda acompanhamento e tratamento já realizado na cidade de Passos.

REQUERIMENTO Nº 7.815/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos 81 senadores e aos 513 deputados federais pedido de providências para que seja apreciado com urgência o Projeto de Lei nº 6.726/2016, que tramita na Câmara dos Deputados e visa acabar com os chamados “supersalários”.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 7.816/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para viabilizar a suspensão dos descontos de

empréstimos consignados em folha dos servidores públicos, civis e militares, tendo em vista o longo período transcorrido desde o início da pandemia provocada pela Covid-19, a qual afeta, determinantemente, os orçamentos familiares.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 7.817/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para que proceda à nomeação dos candidatos aprovados no concurso do TCE-MG em vigor.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 7.818/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam reparados, em caráter de urgência, os erros no *site* ou no sistema destinado ao cadastro dos professores em designação para contratação temporária na rede pública estadual de educação, que, conforme, relato de usuários de diversas regiões, vem apresentando problemas ligados a falta de informação do cargo, ausência de dados relacionados a vaga, de ser ou não para substituição, prazo total da permanência da designação, oferta de vagas que não existem e também erros nos quadros de horários, uma vez que tais problemas podem prejudicar o processo de cadastramento de muitos professores.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

REQUERIMENTO Nº 7.819/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Betão aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para imediata revogação da Resolução Conjunta Seplag/SEE nº 10.308, de 26 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre convocação de profissionais e contratação temporária para exercício na rede estadual de educação básica da Secretaria de Estado de Educação.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

Justificação: O preenchimento do anexo I da referida resolução, de responsabilidade médica, documento de significativo grau de complexidade, tem tido por parte de alguns médicos a recusa no seu preenchimento, visto se tratar de um procedimento não consolidado na medicina para emissão de atestados médicos. A exigência deste atestado, por parte de Secretaria Estadual de Educação

e da Seplag é um verdadeiro absurdo, obstaculizando a possibilidade de contratação dos professores, no momento em que muitos profissionais se preparam para assinatura de seus contratos. A exigência deste documento pretende atestar que os professores contratados estariam aptos ao exercício de suas atividades presencialmente em suas respectivas escolas. Essa situação é uma afronta aos trabalhadores da educação, que seriam obrigados a trabalhar e a se expor ao risco da contaminação, num período de elevação dos picos de contaminação da Covid-19. Não cabe ao governo exigir, de forma intempestiva, uma documentação inapropriada e não habitual para assinatura dos contratos. A aplicação dessa resolução cria uma situação de insegurança e incertezas para um conjunto significativo dos professores designados, aptos a exercerem suas atividades profissionais na rede pública estadual de educação..

REQUERIMENTO Nº 7.820/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governado do Estado pedido de providências para que a legislação que trata das promoções e progressões dos servidores públicos seja revista, de modo a torná-la efetiva, especificamente quanto à promoção por escolaridade, uma vez que inúmeros são os relatos de servidores que tiveram seus requerimentos negados com fundamento em limitações temporais, cuja ilegalidade foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no IRDR 1.0000.16.049047-0/001, ou em ausência de normas mais claras.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 7.822/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que assegure, com brevidade, o exercício do direito de aposentadoria dos servidores públicos do Estado que aguardam, desde 14/9/2020, data da promulgação da Emenda à Constituição nº 104, pelas orientações desse órgão aos demais que compõem a administração pública.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública (MDB).

REQUERIMENTO Nº 7.823/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento da deputada Ione Pinheiro aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 28/4/2021, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas à liberação de recursos financeiros para obras de reforma e ampliação da Escola Estadual Padre Pedro Thysen, no Município de Piedade dos Gerais.

Sala das Reuniões, 28 de abril de 2021.

Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT).

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 10/5/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Robson Soares de Almeida, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

exonerando Thiago Aparecido de Almeida Neves, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;

nomeando Deijanira Faria Mendes, padrão VL-10, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

nomeando Eduardo Pedro da Silva, padrão VL-34, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Betinho Pinto Coelho;

nomeando Itamar Hellebrande, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

nomeando Leandro Henrique de Medeiros Passos Nascimento, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas São Muitas;

nomeando Marcelo Campos Caetano, padrão VL-9, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fernando Pacheco;

nomeando Nathalia Olivia Pereira Jardim da Silva, padrão VL-15, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva;

nomeando Pedro Henrique Borges Aparecida, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Arnaldo Silva.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/3/2021, na pág. 2, onde se lê:

“Enedino Garcia Garzone Junior”, leia-se:

“Enedino Garcia Garzoni Junior”.